

ATA NÚMERO 143/XIII (4.ª)

A 25 de setembro de 2018, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição de Augusto Baganha, Presidente cessante do IPDJ, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre as reais motivações da cessação do seu mandato (14H30).

II PARTE

Audição da ANACOM, no âmbito das competências da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (16H).

III PARTE

1. Informações.
2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 13 e 18 de setembro de 2018.
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição em Comissão de João Ribas, Diretor demissionário do Museu de Serralves, e do Conselho de Administração da Fundação de Serralves sobre a demissão de João Ribas após a truncagem de uma exposição do Museu por ordem do Conselho de Administração da Fundação.
4. Outros assuntos.

I PARTE

Audição de Augusto Baganha, Presidente cessante do IPDJ, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre as reais motivações da cessação do seu mandato

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) fez a apresentação do [requerimento](#), referindo que no período de Verão foram todos confrontados com a cessação do mandato do Conselho Diretivo do [Instituto Português do Desporto e da Juventude](#) (IPDJ). No seguimento daquela notícia que ocorreu no mês de agosto, o Presidente cessante do IPDJ proferiu diversas afirmações, relativamente ao que no seu entender foram as reais motivações da cessação do seu mandato e da equipa que o acompanhava.

Disse que daquelas declarações que foram proferidas por um alto dirigente cessante da Administração Pública com uma ligação estreita ao Senhor Secretário de Estado do Desporto e da Juventude nos últimos anos resultam factos que, no entender do Grupo Parlamentar do PSD, são de extrema gravidade e carecem de ser confirmados com a maior urgência.

Referiu que resultam das afirmações do diretor do IPDJ, designadamente as seguintes acusações: a existência de motivações partidárias para a cessação do respetivo mandato, a presença de pressões políticas por parte do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto na atuação do Presidente e do Conselho Diretivo do IPDJ e a ingerência de organizações desportivas nos processos de decisão daquele instituto.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) questionou o Dr. Augusto Baganha sobre se confirma aquelas declarações que proferiu, que foram notícia em vários órgãos de comunicação social e se pode concretizar a existência de motivações partidárias para a cessação do respetivo mandato enquanto Presidente do IPDJ.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) perguntou ao Senhor Presidente do IPDJ sobre se houve ou não pressões políticas por parte do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto na atuação do Presidente do IPDJ e dos membros do Conselho Diretivo do IPDJ e se lhes pode dar evidências dessas mesmas pressões.

O Senhor Presidente do IPDJ referiu, nomeadamente que no dia 20 foi surpreendido, embora o Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto já lhe tivesse aflorado aquela situação e o Senhor Presidente do IPDJ lhe tivesse referido que queria terminar o seu mandato e que estava a um ano de terminar o seu mandato.

Transmitiu que tomou posse naquelas funções após um concurso público realizado no âmbito da CRESAP e causou-lhe espanto algumas declarações do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto que desvalorizam a CRESAP. Frisou que isto poderá configurar uma partidarização da Administração Pública, uma vez que se começa a confundir o que é o Governo e o que é o Estado.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados João Torres (PS), Luís Monteiro (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP) e Pedro Pimpão (PSD), que colocaram diversas questões designadamente, sobre:

- Se o Dr. Augusto Baganha considera que foi tantas vezes pressionado ao longo daquele mandato, se acha que houve tantas interferências na gestão do IPDJ por que razão não se pronunciou em tempo oportuno, por que razão só se manifesta no momento em que é conhecido o despacho para a exoneração do Conselho Diretivo do IPDJ;
- Quantas vezes ao longo daquele tempo é que discutiu, é que foi chamado a discutir com o Secretário de Estado do Desporto e da Juventude e com o Secretário de Estado que o antecedeu a estratégia do IPDJ, quantas discussões tiveram sobre a estratégia do IPDJ;
- Se o Conselho Diretivo foi consultado para novas estratégias ou se foi consultado para opiniões sobre estratégias anteriores que pudessem ter tido lugar;
- Se de alguma forma se justifica alguma alteração estratégica, quais são as motivações no âmbito do Conselho Diretivo que toma as decisões todas por unanimidade.

O Senhor Presidente cessante do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), respondeu a cada um dos Senhores Deputados no seguimento de cada intervenção, tendo referido, mormente que está a um ano de terminar o seu mandato e não vê justificação para a cessação do seu mandato.

Salientou que o despacho não está devidamente fundamentado, não alega factos que permitam comprovar a suposta necessidade de imprimir nova orientação à gestão do IPDJ e não elenca nenhum fundamento que permita concluir que o Conselho Diretivo não estava em condições de cumprir as suas funções.

Na segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), João Torres (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP).

O Senhor Presidente cessante do IPDJ respondeu em bloco às questões colocadas, tendo no final a Senhora Presidente da Comissão dada por terminada a audição.

A gravação vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

II PARTE

Audição da ANACOM, no âmbito das competências da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), João Cadete de Matos, ao Senhor Vice-Presidente, João Miguel Coelho, à Administradora Isabel Areia, à Administradora Paula Meira Lourenço e ao Chefe de Divisão da Área Consignação de Frequências e Licenciamentos, Miguel Henriques, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

O Senhor Presidente da [ANACOM](#), João Cadete de Matos, cumprimentou a Senhora Presidente da Comissão e os Senhores Deputados, de seguida o Senhor Presidente da ANACOM fez uma intervenção inicial que pode ser consultada [aqui](#).

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Diana Ferreira (PCP), Carla Sousa (PS), Maria Augusta Santos (PS), Jorge Campos (BE), Heitor de Sousa (BE) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que colocaram diversas questões designadamente, sobre:

- Qual o cenário futuro para a TDT em Portugal, se já está definida a estratégia nacional relativamente a esta matéria;
- Se é possível dizerem aproximadamente qual é o número de queixas que têm sobre a matéria das emissões da TDT e das dificuldades no acesso à TDT;
- Em matéria de defesa dos consumidores qual é a razão para o aumento do número de reclamações no primeiro semestre de 2018, se é só a lei que não está a funcionar como devia no sentido da proteção, se são os mecanismos de defesa, designadamente da arbitragem, se é a regulação que precisa de mais reforços naquele sentido. De facto, é preciso perceberem onde, como podem e devem atuar e ao Parlamento importa particularmente perceber em matéria legislativa se há mais a fazer.

O Senhor Presidente da ANACOM respondeu a cada um dos Senhores Deputados no seguimento de cada intervenção, tendo referido, designadamente que relativamente às reclamações as mesmas são um desafio para os operadores de comunicações, quer de telecomunicações, quer postais, porque as reclamações aumentaram no primeiro semestre daquele ano 25% e, no caso das telecomunicações, no caso do principal operador com mais reclamações aumentaram mais de 100% e, no caso dos correios, os CTT viram as suas reclamações aumentarem 88%.

Disse que há de facto um problema de insatisfação dos consumidores e é prioritário que essa situação seja corrigida. A ANACOM tem essa informação que ainda ontem divulgaram destacada quanto aos motivos. De facto, um dos motivos tem a ver, no caso das telecomunicações, com as condições contratuais, mormente as condições relacionadas com os custos de fidelização e, por isso, a ANACOM tem determinado que as faturas devem dar essa informação aos consumidores, eles devem saber qual é o prazo das fidelizações e quais são os custos das fidelizações. Mencionou que é um tema que vai ser debatido no contexto da [Lei das Comunicações Eletrónicas](#).

Na segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Heitor de Sousa (BE) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que colocaram algumas questões.

O Senhor Presidente da ANACOM respondeu em bloco às questões colocadas, tendo no final a Senhora Presidente da Comissão dada por terminada a audição.

A documentação e a gravação, fazendo parte integrante da presente ata, podem ser consultadas na [página internet da audição](#).

III PARTE

1. Informações

1.1. Iniciativas legislativas:

A Senhora Presidente da Comissão deu conhecimento que baixou à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto a [proposta de lei n.º 146/XIII/3.ª \(GOV\)](#) — *Altera o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto* -, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado que oportunamente indicaria o Deputado Relator.

1.2. A Senhora Presidente deu conhecimento do Invitation ICM “European Cultural Heritage”, European Parliament, Brussels.

Transmitiu que a reunião realiza-se nos próximos dias 19 e 20 de novembro, tendo sido o convite remetido à 8.ª e 12.ª Comissões para nomeação de três Deputados (propondo-se **dois da 12.ª CCCJD** e **um da 8.ª CEC**, atendendo à distribuição dos temas, mas deixando ao critério das Comissões a decisão final, desde que não se ultrapassem os três elementos). A Comissão decidiu tratar daquele assunto na próxima reunião da comissão.

1.3. Conferência Jornalismo Político em Portugal | maio e junho 2019

A Senhora Presidente transmitiu que no âmbito da organização de conferência académico-científica, as secções de Mediatização da ECREA, (European Communication Research and Education Association) e de Comunicação Política da SOPCOM (Sociedade Portuguesa de Comunicação) solicitaram a autorização ao Senhor Presidente da Assembleia da República, para realizar, nas instalações da Assembleia da República, uma Conferência sobre Jornalismo Político em Portugal, a ter lugar entre o meio do mês maio e princípio do mês de junho de 2019.

Disse que face ao exposto, o Senhor Presidente da Assembleia da República, atendendo ao disposto no nº 5 do artigo 2º do “[Regulamento de organização de Eventos na Assembleia da República](#)” solicitou parecer da 12.ª Comissão.

Deu conhecimento que na reunião da Comissão de 11 de julho, a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) mencionou que seria interessante obterem um pouco mais de informações acerca daquele evento. A Comissão decidiu solicitar a informação referida pela Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP).

Referiu que o Adjunto do Secretário-Geral contactou os organizadores desta Conferência, solicitando as informações pertinentes. Por sugestão dos próprios, foi organizada uma reunião, que decorreu no dia 26 de julho, em que esteve presente uma das assessoras da 12ª Comissão.

Nesta reunião, com a presença dos Professores Rita Figueiras (Universidade Católica Portuguesa) e João Carlos Correia (Universidade da Beira Interior), foi explicado que o objetivo é juntar, na Conferência, Académicos e Deputados, bem como profissionais da área da comunicação política.

Disse que a Conferência deverá durar um dia inteiro, o número de participantes será entre sessenta e oitenta e não está prevista a participação de oradores estrangeiros. Transmitiu que já está feita uma pré-reserva para o Auditório António de Almeida Santos para as datas de 14 ou 28 de maio.

A Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto decidiu que nas datas indicadas não parece viável à Comissão a realização do evento, uma vez que coincide com a campanha e a realização das eleições para o Parlamento Europeu.

1.4. A Senhora Presidente informou que o Senhor Deputado Norberto Patinho (PS) cessou funções como membro efetivo da Comissão, passando a Deputado suplente e a Senhora Deputada Palmira Maciel (PS) cessou funções como membro suplente da Comissão, passando a Deputado efetivo.

1.5. A Senhora Presidente transmitiu que o pedido de realização da Conferência sobre “Cidadania e Sociedade Civil” foi dirigido às Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e

Garantias, de Educação e Ciência, de Trabalho e Segurança Social, de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação e de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Disse que a PASC, Plataforma das Associações da Sociedade Civil – CASA DA CIDADANIA é uma federação de associações cujo objetivo é promover a participação cívica dos cidadãos, através das associações suas filiadas.

A PASC gostaria de convidar a Assembleia da República para se associar à organização de uma Conferência sobre “Cidadania e Sociedade Civil”, na tarde do dia 6 de novembro ou em alternativa na tarde do dia 27 de novembro, se possível na Sala do Senado.

A Comissão deliberou que considera aquele pedido extemporâneo devido a estarem a assumir compromissos para uma data posterior a eleições legislativas em que haverá uma renovação da composição da Assembleia da República.

2. As atas das reuniões de 13 e 18 de setembro de 2018 foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição em Comissão de João Ribas, Diretor demissionário do Museu de Serralves, e do Conselho de Administração da Fundação de Serralves sobre a demissão de João Ribas após a truncagem de uma exposição do Museu por ordem do Conselho de Administração da Fundação

Entrando neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente deu conhecimento que o Grupo Parlamentar do PS apresentou também um requerimento no mesmo sentido que foi distribuído a todas as Senhoras e Senhores Deputados.

O requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS visa a audição do Conselho de Administração da Fundação de Serralves, de João Ribas, diretor demissionário do Museu de Serralves e agendamento de visita à Exposição Roberth Mapplethorpe: Pictures. A 12.ª Comissão recebeu igualmente um convite do Conselho de Administração de Serralves para uma visita à exposição.

De seguida, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Jorge Campos (BE) e Carla Sousa (PS).

Submetido a votação o requerimento do BE foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

Submetido a votação o requerimento do PS foi aprovado por maioria, com o voto contra do Grupo Parlamentar do BE e registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

A Comissão decidiu realizar a visita à Fundação de Serralves no dia 4 de outubro, pelas 17 horas.

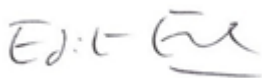
4. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 18 horas e 42 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de setembro de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 03 de outubro de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Sousa
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
Joana Barata Lopes
João Pinho de Almeida
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
Luís Monteiro
Margarida Balseiro Lopes
Palmira Maciel
Pedro do Ó Ramos
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Silva
Heitor de Sousa
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Norberto Patinho
Pedro Pimpão
Vânia Dias da Silva